

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Regulação volta à berlinda com Bolsonaro	2
Título: Destaques	3
Título: Eneva avalia emitir R\$ 1 bi em debêntures.....	4
Título: Tensão comercial entre EUA e China pressiona cotações	6
Título: Preço do níquel atinge maior alta em quatro anos	7
Título: Inda aponta queda de 2,7% no mês de julho	8
Título: CVM suspende oferta de R\$ 3 bilhões em debênture da Petrobras	9
Título: Palocci relata propina em compra de ações pela Petros.....	10
Título: Operação causou perdas para o fundo da Petrobras	13
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	15
Título: Estoque de etanol cai e consumo dispara no País	15
Título: » Verde para.....	17
VEÍCULO: O Globo.....	17
Título: Diga ao Rio quefeco	17
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	17
Título: Projeto proporá garimpo legal	17
Título: Necessidade de debate e regras rígidas	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/09/2019****Seção: Política****Autor: Malu Delgado | De São Paulo****Título: Regulação volta à berlinda com Bolsonaro**

Ao se confrontar com as agências reguladoras, o presidente Jair Bolsonaro levanta dúvidas sobre o modelo de regulação existente no país, ironicamente também já questionado por governos petistas. Paradoxalmente, o presidente critica uma política que é vista como eficaz pelos liberais que integram sua própria equipe econômica. Bolsonaro afastou o presidente da Agência Nacional de Cinema (Ancine) Christian de Castro no último sábado, cumprindo uma decisão judicial, mas já havia feito ataques à política de audiovisual assim como ameaçou algumas vezes fechar não apenas este órgão como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Em seu discurso, deixa clara a intenção de interferir politicamente nas agências reguladoras. Há três dias, defendeu a indicação de um diretor evangélico para a Ancine, que soubesse recitar de cor versículos bíblicos.

Para Bruno Meyerhof Salama, professor da Universidade da Califórnia (Berkeley, EUA), a antipatia de Bolsonaro pelas agências reguladoras é até certo ponto compreensível e seria preciso reconhecer, de fato, problemas do modelo no Brasil. "Num país como o Brasil não existe estabilidade sem solvência. Não é só uma questão das regras em si. O governo está sempre com o pires na mão, desesperado por recursos. Nenhum país do mundo tem regras estáveis com governo insolvente. Pode ter agências, pode não ter nada, não faz diferença. Quando o governo está quebrado, as regras não funcionam para nada", afirma o especialista, que já conduziu estudos no Brasil sobre agências reguladoras.

Diretora do Centro de Estudos em Regulação e Infraestrutura da FGV (FGV-CERI), a professora Joisa Dutra observa que é intrigante ver como os questionamentos feitos por Bolsonaro também ocorreram no primeiro governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva. Sem entrar no mérito da retórica do presidente, a professora sustenta que a prática comprova a força do modelo das agências reguladoras, e não seu enfraquecimento: "O Ministério da Economia, por exemplo, tem demonstrado uma compreensão muito clara do papel das agências, assim com o **Ministério de Minas e Energia**." As agendas desses ministérios, enfatiza, estão ligadas ao marco regulatório do gás natural e à necessidade de reforma e expansão das obras de saneamento. "Essas duas reformas têm sua implementação calcada em agências reguladoras. Uma coisa é o discurso, outra é a prática", pontua.

Ex-diretora da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), Joisa Dutra acredita que o modelo das agências reguladoras está consolidado e que as críticas sobre contaminação política e falta de independência decisória refletem dificuldades presentes no próprio Executivo. A sociedade, observa, tem exigido aperfeiçoamento do establishment e do sistema de representação, e a revisão das agências reguladoras é parte disso. "O que importa mesmo é a disposição da Presidência, que é quem indica [os diretores], e do Senado, que é quem sabatina", diz. Esses dois atores, observa, podem aumentar ou reduzir o custo de indicações políticas e exercer, ou não, seu papel de "check and balance".

De acordo com Salama, infelizmente há duas discussões sobre agências que caminham em paralelo no Brasil: de um lado, a questão normativa e da eficácia econômica, e, do outro, a pequena política, que envolve as indicações, os vetos, e esquemas ilícitos e de corrupção. Salama diz que já foi grande entusiasta das agências, mas hoje é cético e "está em busca de uma fé", brinca. Ele lembra que as agências no Brasil foram criadas na década de 1990, no governo Fernando Henrique Cardoso, na esteira das privatizações e com a revisão do papel do Estado: "Na época a coisa foi vendida desse jeito: com as agências, você vai tirar a política da regulação, fazer regulação com técnicos e, portanto, todo esse percurso horroroso de bênçãos políticas, pagamentos escusos, troca de favores e tudo mais vai ser minimizado porque você vai ter um diretor técnico." Com o PT no poder, passou-se a questionar a eficácia do modelo por uma visão ideológica, diz o professor, de que "as agências seriam capturadas pelo setor privado": "Isso não é, em si, uma mentira. Há algo de verdadeiro e algo de falso nisso. O que é verdadeiro: as agências foram feitas para serem capturadas pelo setor privado. Tenho absoluta convicção disso."

Especialista em regulação e direito, a professora Juliana Bonacorsi de Palma, pesquisadora do Grupo de Estudos das Relações entre Estado e Empresa Privada (GRP) da FGV Direito SP, assegura que não existe base empírica para se afirmar que há captura das agências pelo setor privado. Pesquisa conduzida pela FGV sobre agências reguladoras, concluída em 2016, mostrou que apenas 6% dos dirigentes eram provenientes da iniciativa privada: "Há um sistema construído para evitar a captura privada. Pode ocorrer, eventualmente, pontualmente. Mas o sistema se blindou, em tese, para evitar esse tipo de problema."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/09/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Embargo à Alunorte

O Ministério Público Federal (MPF), a norueguesa Hydro e sua unidade Alunorte apresentaram petição conjunta à Justiça do Pará em que pedem a suspensão de embargo que impede atividades de instalação e comissionamento de uma área de depósito de resíduos sólidos (DRS2) da refinaria de alumina da Alunorte, informou a Reuters com base em comunicado das empresas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eneva avalia emitir R\$ 1 bi em debêntures

Maior geradora termelétrica privada do país, a Eneva planeja a emissão de R\$ 1 bilhão em debêntures de infraestrutura, papéis isentos de imposto de renda para investidores de pessoa física e investidores estrangeiros. A companhia estuda a possibilidade de utilizar os recursos no seu plano de exploração e produção de gás natural na Bacia do Parnaíba e no projeto da termelétrica de Jaguatirica II (RR), que será abastecida com gás natural extraído do campo de Azulão (AM).

A empresa é a primeira a ter um projeto de exploração e produção de óleo e gás enquadrado como prioritário pelo **Ministério de Minas e Energia (MME)**, mecanismo que permite a emissão das debêntures incentivadas. Segundo o diretor Financeiro da Eneva, Marcelo Habibe, a ideia é realizar a emissão entre o fim do terceiro trimestre e início do quarto, a depender da janela de oportunidade do mercado.

Parte do valor a ser levantado com as debêntures, R\$ 500 milhões, deve ser destinado ao projeto da térmica de Jaguatirica II. Inovador tanto na área de energia elétrica quanto no segmento de óleo e gás, o empreendimento prevê a liquefação do gás extraído no campo de Azulão e o transporte do energético em tanques criogênicos por via rodoviária até Boa Vista (RR), onde o produto será regaseificado e consumido pela termelétrica. A companhia calcula um percurso de 1,1 mil km de estrada pavimentada para o transporte do gás.

O empreendimento completo, incluindo o desenvolvimento da produção no campo de Azulão e a construção da térmica, tem investimento estimado de R\$ 1,8 bilhão. Além da utilização de R\$ 500 milhões em debêntures, a Eneva estuda

a possibilidade contar com até R\$ 1,2 bilhão do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). O restante que faltar para completar o valor do investimento deverá ser aportado pela própria companhia.

Contratada em leilão para o atendimento de Boa Vista, a termelétrica, de 132,3 megawatts (MW) de capacidade instalada, consumirá 575 mil metros cúbicos diários de gás natural, se for acionada em 100% do período contratado. Pelo edital do leilão, a usina deve entrar em operação até junho de 2021.

Com uma estratégia conservadora, a Eneva elaborou o empreendimento considerando o cenário em que a térmica funcionará por 100% do período contratado. Nos momentos em que a usina não estiver operando, porém, a companhia poderá comercializar o gás natural no mercado.

De acordo com a Eneva, o projeto a gás em Roraima também contribuirá para uma redução de 32% nas emissões de dióxido de carbono e de 38% no custo de geração de energia no Estado, que hoje é abastecido por energia a diesel, mais cara e poluente.

A vitória no leilão de Boa Vista não afeta os planos para novos certames. Segundo Habibe, a companhia pretende participar do leilão "A-6", marcado para outubro e que negociará contratos de novos empreendimentos com início de fornecimento em 2025. O objetivo é disputar o leilão com um projeto termelétrico de 90 MW, a partir do fechamento do ciclo da térmica Parnaíba III, Maranhão.

Também está no radar a primeira sessão pública da Oferta Permanente da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), marcada para 10 de setembro. Segundo o diretor, a Eneva planeja disputar o certame, mas não pode fornecer mais detalhes, por questões estratégicas.

Na sessão, estarão em oferta 273 blocos e 14 áreas de acumulações marginais em seis bacias. O sistema de oferta permanente consiste na oferta contínua de campos devolvidos (ou em processo de devolução) e de blocos ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos à agência.

A Eneva possui hoje um parque gerador de 2,7 mil MW. Desse total, 2,2 mil MW já estão em operação. O restante, em construção, são relativos às térmicas de Jaguatirica II e de Parnaíba V, de 385 MW, no Maranhão.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 02/09/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado e Chiara Quintão | De São Paulo****Título: Tensão comercial entre EUA e China pressiona cotações**

O acirramento da guerra comercial entre Estados Unidos e China, além de resultados não muito animadores da economia europeia e americana no mês passado, fizeram os preços do minério de ferro e do barril de petróleo recuarem no comparativo com julho. A queda mais expressiva foi do minério com 27,73%, fechando em US\$ 84,66 no porto chinês de Qingdao. Já no barril do Brent o decréscimo foi de 8% em agosto, sendo negociado a cerca de US\$ 60.

Segundo Gustavo Allevato, analista do Santander, no caso da cotação do minério de ferro a correção no preço foi mais forte no mês passado do que outras commodities. Isso porque, após a tragédia de Brumadinho (MG), a sua cotação chegou a atingir os US\$ 125 a tonelada.

"A correção principal do minério já aconteceu. Acredito que o patamar de US\$ 80 a tonelada é sustentável." No ano, no entanto, a valorização do preço do minério é de 16,40%. Os preços se referem à tonelada da commodity com teor de pureza de 62%.

De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", analistas acreditam que o aumento repentino na atividade comercial resulta de notícias de que a China não pretende intensificar a guerra comercial com os Estados Unidos.

Agências de notícias chinesas informaram, ainda segundo a "Fastmarkets MB", que autoridades daquele país estavam "dispostas a negociar e a colaborar para resolver o problema com uma atitude calma".

Em relatório, o banco de investimentos UBS estima que os preços do minério de ferro nos portos chineses devem voltar ao patamar dos US\$ 90 no quarto trimestre, ante os atuais US\$ 81,45 por tonelada, informou o Dow Jones.

Segundo o banco, apesar do atual aumento da oferta e da demanda fraca, o mercado continua enfrentando escassez de matéria prima. Para tentar definir a tendência do mercado, os traders estão "focados na estabilização dos estoques de minério de ferro existentes nos portos chineses."

A instituição financeira acrescentou que a produção de aço deve ter atingido seu pico, mas qualquer novo estímulo econômico do governo chinês irá para setores intensivos em aço, o que irá beneficiar o minério de ferro.

No caso do petróleo tipo Brent, considerado referência mundial, a estimativa é de ligeira alta no último trimestre do ano, de acordo com a Tendências Consultoria. A entidade trabalha com projeção do preço do barril a US\$ 62,50.

O mês de agosto fechou com uma queda de US\$ 4 no preço do barril do Brent, cotado na sexta-feira a US\$ 60,43. Esse recuo no comparativo com o mês anterior pode ser explicado pelo aumento da tensão da guerra comercial entre Estados Unidos e China, além de indicadores econômicos mais fracos na Europa e nos EUA.

"A política de corte implementada pela Opep (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) ajudou a manter o preço nesse patamar, porque, a queda poderia ter sido maior", disse o analista de energia da Tendências, Walter de Vitto.

A expectativa para o ano que vem, de acordo com Vitto, é de que o ritmo de queda deve ser retomado, com a volta da produção dos países da Opep e, com isso, aumento da pressão na oferta. A projeção é de uma cotação de US\$ 57,50 no fim do primeiro trimestre de 2020. "A não ser que outra medida seja tomada", afirmou Vitto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Henry Sanderson | Financial Times, de Londres

Título: Preço do níquel atinge maior alta em quatro anos

Os preços do níquel subiram 8% na sexta-feira, para o maior patamar em quatro anos, depois que a Indonésia, o maior produtor do mundo, disse que vai proibir as exportações do mineral bruto a partir de dezembro.

O país sul-asiático vai antecipar uma proibição prevista para 2022, num esforço para atrair mais empresas de processamento, para que ele não fique apenas exportando matérias-primas, segundo informou a "Reuters".

A proibição da Indonésia poderá levar à escassez de níquel, um metal muito importante na produção do aço inoxidável e que também é cada vez mais usado em baterias de carros elétricos.

No mês passado, o presidente da Indonésia, Joko Widodo, disse que o país deveria processar mais seus próprios recursos naturais, como o carvão, a bauxita, o óleo de palma e o níquel, em vez de apenas exportá-los. A Indonésia já disse que quer usar suas abundantes reservas de níquel para construir uma indústria de carros elétricos.

No ano passado a GEM, uma empresa chinesa de materiais para baterias, disse que iria trabalhar com a gigante das baterias CATL e a produtora de aço inoxidável Tsingshan na construção de uma fábrica de US\$ 700 milhões na Indonésia para a produção de níquel para baterias.

O níquel foi negociado em alta de 8%, cotado a US\$ 17.695 a tonelada na London Metal Exchange (LME). Este ano, os preços já subiram 64%, apesar do mercado de metais não ferrosos estar sendo afetado pela guerra comercial entre Estados Unidos e China.

Outros fatores também estão contribuindo para a escassez de níquel. Um recente deles foi o recente derramamento de rejeitos em uma usina de níquel na Papua-Nova Guiné provocou o receio de que a instalação, que produz cerca de 32,5 mil toneladas de níquel por ano, pudesse ser fechada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/09/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Inda aponta queda de 2,7% no mês de julho

As compras de aços planos no mês de julho realizadas pelos distribuidores nacionais caíram 2,7% em relação ao mesmo período do ano passado. O volume As compras de aços planos no mês de julho realizadas pelos distribuidores nacionais caíram 2,7% em relação ao mesmo período do ano passado. O volume chegou a 276,6 mil toneladas. Os dados foram divulgados na sexta-feira pelo Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda).

Já as vendas do produto realizadas pela rede distribuidora somaram 288 mil toneladas, o que representou alta de 4,3% no comparativo com o mesmo período do ano passado.

As importações em julho chegaram a 97,2 mil toneladas, uma queda de 12,7% no comparativo com julho de 2018.

Com isso, os distribuidores fecharam o mês de julho com um estoque de 762,7 mil toneladas, um recuo de 1,5% em relação ao mês anterior. Esse volume corresponde a 2,6 meses de giro.

De acordo com a entidade, agosto deve manter o ritmo de vendas e compras de aços planos "sem nenhuma alteração".

As estimativas para o ano não são muito animadoras para o setor siderúrgico brasileiro. De acordo com o Instituto Aço Brasil (IABR), o consumo aparente em 2019 deve apresentar crescimento de 2,1%, chegando a 21,65 milhões de toneladas. A estimativa anterior era de um crescimento de 4,6% com vendas no mercado doméstico de 22,18 milhões de toneladas. Mas, o crescimento mais lento da economia, fez a entidade revisar as estimativas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/09/2019

Seção: Finanças

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: CVM suspende oferta de R\$ 3 bilhões em debênture da Petrobras

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) suspendeu por até 30 dias a oferta de R\$ 3 bilhões de debêntures da Petrobras. A medida foi tomada, segundo a autarquia, por conta de declarações de Andrea Almeida, diretora de relações com investidores da petroleira, em entrevista promovida pela XP Investimentos, uma das coordenadoras da oferta. A entrevista aconteceu na XP no dia 27 e foi transmitida via internet.

Em comunicado na sexta, a Petrobras disse que investidores que tenham aderido à oferta e quiserem desistir terão o prazo de cinco dias para se manifestar. A empresa informou que "está tomando as medidas cabíveis para reverter a suspensão e quaisquer fatos julgados relevantes serão tempestivamente divulgados ao mercado nos termos da legislação aplicável".

No entendimento da CVM, a manifestação da diretora infringiu o artigo 48, inciso 4, da instrução CVM 400, que diz que a empresa e os coordenadores devem "abster-se de se manifestar na mídia sobre a oferta" até a publicação do anúncio de encerramento. No dia em que a entrevista foi realizada, o **Valor** questionou a XP e a Petrobras, e ambos afirmaram que a entrevista não violava o período de silêncio previsto na instrução. Na avaliação deles, as informações prestadas eram todas públicas e de conhecimento amplo do mercado.

Conforme o convite enviado pela XP aos clientes na noite anterior, o encontro trataria das perspectivas para as ações da petroleira. "Depois de a ação da Petrobras disparar 6%, é inevitável perguntar: ainda vale a pena comprar?", dizia o convite. Na sequência, explicava que a executiva responderia ao vivo "dúvidas sobre a companhia", diretamente dos estúdios da XP.

Ainda conforme o convite, a executiva conversaria com o analista de petróleo e elétricas da XP, Gabriel Francisco, sobre temas como: "os desdobramentos da notícia de que o governo pretende privatizar a Petrobras"; "o peso da Petrobras

no Ibovespa e o reflexo de seus planos nas ações"; e "as projeções para a empresa num futuro que prevê mudanças".

No evento, a diretora da Petrobras falou sobre o trabalho de gestão para que a empresa recupere o grau de investimento. E disse que operações financeiras fechadas recentemente mostram que o mercado já reconhece a melhoria do crédito da empresa. Apesar de o tema estar no convite, ela não falou sobre cenários para a empresa com a privatização.

A suspensão da oferta pela CVM poderá ser revogada em até 30 dias se as irregularidades apontadas forem corrigidas. Caso contrário, o pedido de registro será indeferido. A autarquia determinou a publicação imediata de comunicado ao mercado sobre a suspensão, bem como a retirada da internet da entrevista da diretora da Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/09/2019

Seção: Política

Autor: André Guilherme Vieira e Cristian Klein | De São Paulo e do Rio

Título: Palocci relata propina em compra de ações pela Petros

Em um dos anexos de informações que embasaram delação premiada assinada com a Polícia Federal (PF), o ex-ministro da Fazenda e da Casa Civil nos governos do PT, Antonio Palocci, relatou suposta propina de R\$ 20 milhões que teria sido paga pela Camargo Corrêa em troca de interferência do governo para que a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) adquirisse ações que a empresa possuía na holding Itaúsa. O **Valor** obteve a íntegra dos anexos.

Palocci relatou que a Camargo Corrêa queria se desfazer de sua participação na Itaúsa. "O Petros figurava como potencial comprador, mas não se tratava de uma negociação usual, havendo alguma resistência". Os fatos se desenrolaram em 2010. Tanto o PT quanto a defesa da Camargo Corrêa e de seus acionistas negam de maneira enfática a acusação e ressaltam que a delação de Palocci não foi aceita pelo Ministério Público Federal (MPF). A Petros disse apenas que colabora com as autoridades.

A Itaúsa é a maior acionista do grupo Itaú-Unibanco. A empresa, contudo, não é alvo de nenhuma acusação do ex-ministro nesse anexo. Trata-se apenas da negociação de ativos em forma de ações entre a Camargo e o fundo de pensão. Em nota, a empresa frisou esse fato: "A Itaúsa informa que, no caso da transação citada, os termos de compra e venda se deram de forma privada, entre comprador e vendedor, via Bolsa de Valores de São Paulo, sem qualquer participação da empresa".

Palocci contou que o então ministro do Núcleo de Ação Estratégica da Presidência da República, Luiz Gushiken, atuou no caso. Ele morreu em setembro de 2013. Palocci relata que foi procurado por Luiz Nascimento, da Camargo Corrêa, "para ajudar Luiz Gushiken a agir perante o Petros, a fim de que o negócio fosse realizado."

Segundo o relato do delator, o negócio "seria muito vantajoso para a Camargo Corrêa, razão pela qual a empresa teria oferecido "uma vantagem indevida para os envolvidos na operação, a qual restou estabelecida num patamar entre 1% e 1,5% do valor da negociação". Palocci contou que "o negócio efetivamente deu certo, sobretudo em virtude da forte atuação de Luiz Gushiken".

De acordo com Palocci, como a operação foi bem-sucedida, ele foi procurado por Gushiken "para verificar como cobriam e dividiriam os valores que lhes eram 'de direito'". O ex-ministro disse que sua parte deveria ser destinada ao PT e ao então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "solicitando ainda que Gushiken realizasse a cobrança de tais valores". Gushiken concordou, disse Palocci.

O delator afirmou ainda que recebeu agradecimento de Luiz Nascimento, "o qual narrou ter repassado mais de R\$ 20 milhões a título de 'pagamento' pela realização do negócio."

Segundo Palocci, o sócio da Camargo teria explicado que teve de "diluir" os supostos repasses, "para não chamar a atenção", por meio de doações ao Instituto Lula, contratação de palestras através da empresa Lils - aberta pelo ex-presidente quando deixou o cargo, em janeiro de 2011 -, doações para o PT e "repasse para uma conta de Joesley Batista no exterior a pedido de Guilherme Gushiken, filho de Luiz Gushiken".

Ao **Valor**, o criminalista Celso Vilardi, que defende a empresa e seus sócios (como é o caso de Luiz Nascimento), afirmou que "na medida em que se toma conhecimento da delação de Palocci, compreende-se o porquê de um dos mais experientes procuradores da Lava-Jato ter se referido a ela como 'a delação do fim da picada'". Ele fez menção à declaração do ex-procurador regional da República Carlos Fernando dos Santos Lima, que deixou a força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) em Curitiba no ano passado.

Na opinião do criminalista "trata-se de um amontoado de mentiras, que reúne fatos públicos e invenções, que foram transformadas em 'ouvi dizer'. A verdade será demonstrada no momento oportuno, com muita tranquilidade, até porque nada há de anormal ou ilícito nessa transação".

Palocci também firmou delação premiada com a força-tarefa do MPF do Distrito Federal, que investiga indícios de desvios no Petros e em outros fundos públicos na Operação Greenfield.

Na delação de Joesley Batista, sócio do grupo J&F, o empresário confirmou que de fato abriu conta no exterior para receber o dinheiro destinado ao PT, "sendo que parte deste dinheiro certamente faz parte do 'acerto' da Camargo Corrêa", segundo afirmou Palocci.

A delação de Joesley menciona a conta bancária em nome da empresa Okinawa Investment Ltd., uma offshore do grupo titularizada em Nova York. No entanto, o empresário não fez menção à Camargo Corrêa em sua delação.

Segundo Joesley, ele emprestava a conta para o ex-tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, movimentar dinheiro no exterior. "Era coisa do Vaccari, eu não faço a menor ideia do que seja", afirmou Joesley em sua delação.

De acordo com a delação do sócio da J&F, Vaccari teria explicado que o assunto era relacionado a Guilherme Gushiken. Joesley entregou aos investigadores extratos da conta com saldo de US\$ 1,2 milhão em 2015.

Como evidência de corroboração do relato de Palocci, seus advogados entregaram à PF dados telefônicos, comprovantes de depósitos na conta de Joesley, recibos de pagamentos feitos à Lils e repasses para o Instituto Lula.

Palocci disse que a Lils recebeu R\$ 1,9 milhão entre 2011 e 2013, referentes a cinco palestras realizadas no valor médio de US\$ 200 mil cada uma, segundo o delator.

Segundo o ex-ministro, o Instituto Lula recebeu R\$ 3 milhões "em doações e bônus eleitorais".

Em nota, a assessoria do ex-presidente Lula disse que "é público e notório que Antonio Palocci vendeu mentiras à Lava-Jato para sair da cadeia com um patrimônio milionário."

Segundo o comunicado, "é uma delação tão imprestável, sem fatos nem provas, que foi rejeitada pelo Ministério Público e acabou servindo a uma disputa de poder com a Polícia Federal."

Ainda de acordo com a nota, "O trecho [da delação] mencionado pelo **Valor** é tão inverossímil que atribui a um instituto privado, em 2013, o recebimento de 'bônus eleitorais', modalidade de doação exclusiva a partidos políticos e que foi extinta em 1994. Todas as palestras realizadas pelo ex-presidente Lula para empresas foram contratadas dentro da lei com recolhimento de impostos."

O comunicado da assessoria de Lula classifica de abjeto "atribuir a uma pessoa já falecida, Luiz Gushiken, participação em fatos de 2010, sabendo-se que desde 2006 ele não tinha cargo algum de governo e que o Núcleo de Assessoria Estratégica do governo Lula nunca foi ministério."

A defesa de Vaccari rechaçou a inclusão do nome dele na delação, "pois isto jamais aconteceu".

O advogado dele, Luiz Flávio D'Urso, disse que palavra de delator deve ser recebida com reservas e que, neste caso, "não corresponde à verdade".

Em nota, a Petros afirmou estar "comprometida com as melhores práticas de governança e responsabilidade na administração dos recursos dos participantes". A reportagem não conseguiu localizar Guilherme Gushiken e Wagner Pinheiro, presidente da Petros na época.

A fundação disse ainda que colabora" de forma irrestrita com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e demais órgãos competentes, seguindo procedimento adotado desde o início das investigações nos fundos de pensão".

Procurada, a J&F não quis se manifestar. **(Colaboraram Talita Moreira, de São Paulo, e Juliana Schincariol, do Rio).**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 02/09/2019

Seção: Política

Autor: Ana Paula Ragazzi | De São Paulo

Título: Operação causou perdas para o fundo da Petrobras

A operação fechada entre a Petros, fundo de pensão dos funcionários da Petrobras, e a Camargo Corrêa, um dos temas da delação do ex-ministro Antonio Palocci, foi concretizada do último pregão de 2010. Na meia hora final daquela sessão, 11,45% das ações ordinárias da Itaúsa, holding controladora do Itaú Unibanco, foram colocadas em leilão pela Camargo. Quem apareceu para comprar foi a Petros, pagando R\$ 14,48 por papel - ou cerca de 15% a mais do que a cotação de mercado. A operação movimentou R\$ 2,8 bilhões.

A justificativa do fundo de pensão para pagar mais pelos papéis do que o valor apontado na tela da bolsa foi o fato de serem ações ordinárias, com direito a voto, e que, portanto, deveriam embutir um "prêmio" por participação no controle da empresa. Depois de várias operações feitas pelo fundo terem

apresentado problemas, a Petros promoveu pelo menos duas investigações internas para avaliar as suas próprias operações. A primeira delas, conduzida pelo então presidente Henrique Jäger, em 2015, não apontou irregularidade na operação. Mas uma segunda avaliação, feita três anos depois, quando o presidente da Petros era Walter Mendes, levou o fundo a processar dirigentes e conselheiros, em busca de indenização.

Essa segunda análise apontou que a justificativa de prêmio de controle não cabia para a operação. Isso porque a Itaúsa é controlada por duas famílias, Setubal e Vilela, que detêm, juntas, mais de 60% das ações e controlam a empresa por meio de um acordo de acionistas. Não havia no mercado nenhuma expectativa de mudança de controle. Por essa razão, e pela reduzida liquidez, as ações ordinárias da Itaúsa eram negociadas com desconto em relação às preferenciais, sem direito a voto, que concentram as negociações.

Se um prêmio de controle fizer sentido para uma ação, normalmente ele já é embutido na cotação pelo mercado. Para piorar a justificativa apresentada, a fatia adquirida pela Petros, de 11,45%, sequer dava ao fundo o direito de ter um assento no conselho de administração da Itaúsa. Para conseguir pleitear a vaga, a Petros, após a compra do lote da Camargo, passou a fazer compras diárias do papel, inflando as cotações nos meses seguintes, até alcançar os 15% que lhe dariam uma vaga no colegiado. Quando o fundo bateu nesse percentual e deixou de atuar nos pregões, as cotações da Itaúsa voltaram para a média de 2010.

A Petros vendeu as ações no fim de 2017 para a Fundação Antônio e Helena Zerrener - Instituição Nacional Beneficência, que também é acionista da Ambev. Recebeu R\$ 4,5 bilhões pela fatia de 15,15% das ONs. Obteve lucro com a venda, mas ainda assim a operação causou prejuízo ao fundo porque a valorização dos papéis não foi suficiente para atingir a meta atuarial da fundação. A venda demorou para acontecer porque a Petros precisou encontrar um comprador que tivesse interesse em ficar com todas as ações e não se importasse com a falta de liquidez dos papéis. Se tivesse feito a venda na bolsa derrubaria as cotações e levaria meses para concretizá-la.

O processo aberto contra antigos dirigentes foi embasado por um laudo do economista Rafael Chaves Santos, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que calculou que a Petros teria pago, no mínimo, R\$ 584 milhões a mais pelas ações da Itaúsa. O **Valor** apurou que, internamente, havia muito pouca informação registrada oficialmente pelo fundo sobre a operação, além da justificativa do

prêmio de controle. O que chamou a atenção, desde o início, foi a rapidez para a aprovação do negócio internamente, apesar de ele envolver bilhões de reais. Depois da abertura do processo pela diretora do fundo, a Petros determinou que qualquer nova ação judicial precisaria passar pelo crivo do conselho.

Procurada, a Petros informa que a ação judicial contra ex-dirigentes está em tramitação. Em nota, diz que está comprometida com as melhores práticas de governança e responsabilidade na administração dos recursos dos participantes. "A Fundação vem colaborando de forma irrestrita com a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e demais órgãos competentes, seguindo procedimento adotado desde o início das investigações nos fundos de pensão." Paralelamente, diz o texto, continuam em curso os trabalhos das Comissões Internas de Apuração (CIAs) da fundação, criadas para averiguar eventuais irregularidades em investimentos decididos no passado, e cujos resultados são imediatamente encaminhados às autoridades.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 02/09/2019

Seção: Colunas

Autor: Clarice Couto e Gustavo Porto

Título: Estoque de etanol cai e consumo dispara no País

Coluna do broadcastagro

Os estoques totais de etanol no País atingiram 7,11 bilhões de litros no último dia 15 de agosto, segundo o Ministério da Agricultura. O volume é 19,3% menor que os 8,81 bilhões de litros de igual data do ano passado. Já a reserva de hidratado, aquele utilizado para abastecer diretamente os veículos, recuou 21,6% na mesma base de comparação, de 5,67 bilhões para 4,44 bilhões de litros. Enquanto os estoques baixam, o consumo do hidratado dispara. De acordo com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), as vendas das distribuidoras aos postos cresceram 30,2% entre janeiro e julho deste ano ante igual período de 2018, para 12,6 bilhões de litros. Em julho, a alta foi de 15,6% em relação a igual mês de 2018, para 1,86 bilhão de litros de hidratado.

» Muita calma nessa hora. Mesmo com o recuo nos estoques e a alta no consumo, o comitê de representantes do governo e do setor privado avaliou que, ao menos por enquanto, está afastado o risco de desabastecimento de etanol no País. Em reunião na quarta-feira (28), em Brasília, apontaram que os estoques devem crescer, pois usinas estão em plena safra. Já a demanda pelo

hidratado deve ser freada por altas no preço e a consequente substituição pela gasolina.

» Ânimo. O Bancoob, ligado ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), espera conceder na safra 2019/2020 R\$ 16 bilhões em empréstimos ao setor rural, 14% mais que no último ciclo. “Entre nossos cooperados não falta confiança”, diz Ricardo Simone, diretor financeiro do banco, que atende principalmente pequenos e médios produtores. Por trás do otimismo estão a safra maior de grãos, o dólar em alta e a guerra comercial entre Estados Unidos e China.

» Cresce. Todos os anos, em média 400 mil novos cooperados, incluindo agricultores, ingressam no sistema, segundo Simone. Na disputa com a concorrência, o Bancoob tem a seu favor o argumento de que o cliente é “sócio” da cooperativa e encontra taxas menores para produtos sem subsídio do governo, como seguros e capital de giro. O Sicoob tem 3.093 agências em 1.728 municípios - em 270 deles é a única instituição financeira presente.

» Xodó. Do montante destinado ao agronegócio pelo Bancoob, cerca de um terço do total, ou R\$ 5 bilhões, vem hoje das Letras de Crédito do Agronegócio (LCA). É quase o mesmo valor dos recursos provenientes de poupança rural, de cerca de R\$ 5,5 bilhões. No primeiro semestre de 2019, o Bancoob emprestou R\$ 13,3 bilhões a produtores e agroindústrias, 17,5% a mais que em igual período de 2018.

» Recado. Representantes do agronegócio alertam para a necessidade de o setor se comunicar melhor. Hoje, só 28% das empresas têm Diretoria de Comunicação; em outras 26% a área tem nível hierárquico de gerência. Os dados constam da pesquisa “A comunicação do agronegócio no Brasil”, que será lançada hoje pela Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje) com a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). “A pesquisa mostra que o setor não considera a comunicação uma área estratégica, mas de apoio”, avalia Hamilton dos Santos, diretor-geral da Aberje.

» Trocado. O levantamento ouviu 60 empresas, de mais de 400 grandes companhias do setor. Entre as entrevistadas, 46% são nacionais, 39% multinacionais e 12%, cooperativas. O investimento médio anual na área também é baixo: 25% gastam de R\$ 100 mil a R\$ 500 mil por ano - o valor não inclui salários. “Se compararmos com o setor automobilístico, há uma desproporção muito grande. Uma empresa automobilística destina à comunicação corporativa, incluindo salários, entre R\$ 10 milhões e 15 milhões por ano”, pontua Santos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 02/09/2019****Seção: Colunas****Autor: Alberto Bombig****Título: » Verde para.**

Coluna do Estadão

Alinhado a propostas de energia limpa, o deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) está com a missão de organizar todas as portarias e leis num único Código de Energia Elétrica, que começou a tramitar na Câmara.

» ... não ficar no escuro. Quer que o projeto esteja pronto e votado até 2022. Se não houver investimento no setor, o próximo apagão será em três anos.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA. COLABOROU RENATA AGOSTINI

VEÍCULO: O Globo**Data: 02/09/2019****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Diga ao Rio quefico**

A Vale anunciou o aporte de R\$ 50 milhões para reconstrução do Museu Nacional, um dos museus mais visitados do Brasil antes de ser tragado pelas chamas. O recurso será através de novo modelo de governança, com apoio do BNDES e da Unesco, viva eles, e participação de outros atores públicos e privados, além da UFRJ. Isto é ótimo. Vamos torcer para que o gesto seja seguido por empresários como Benjamin Steinbruch (CSN), Octavio de Lazari Junior (Bradesco), Candido Bracher (Itaú), Rubem Novaes (BB), Sergio Rial (Santander), Roberto Castello Branco (Petrobras), Luís Henrique Guimarães (Raízen Energia) e tantos outros. O Museu merece. O Rio também.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 02/09/2019****Seção: Política****Autor: Rodolfo Costa/Ingrid Soares****Título: Projeto proporrá garimpo legal**

O governo está empenhado em regulamentar e legalizar o garimpo — inclusive em terras indígenas —, e desburocratizar e flexibilizar a política ambiental, a fim

de promover o desenvolvimento sustentável no país, com crescimento econômico e preservação ambiental. O texto final está em etapa conclusiva no Ministério de Minas e Energia e será debatido pela cúpula palaciana antes de ser encaminhado ao Congresso.

A meta do governo é mandar o projeto ainda este ano ao Parlamento. O presidente se sentiu mais do que convencido da necessidade da medida depois da reunião com oito governadores e um vice-governador da Amazônia Legal na última terça-feira. Antes, com a imagem negativa do país internacionalmente, havia incerteza se o Executivo teria apoio para discutir uma proposta impopular como a exploração sustentável, inclusive na Região Amazônica.

Além da reunião com os governadores, Bolsonaro também se sentiu convencido devido aos alertas que vem recebendo sobre a “lua de mel” com o Parlamento. Alguns deputados e senadores dizem que o relacionamento com o Congresso está por um fio de se romper. Mas com o apoio de governadores, inclusive de fora da Amazônia Legal, como o de Goiás, Ronaldo Caiado, e o do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, o presidente se sente fortalecido para debater a matéria.

O texto vai propor a regulamentação da exploração de recursos hídricos, potenciais energéticos e lavra de riquezas minerais em terras indígenas, que, ressalta sempre Bolsonaro, detêm uma área de cerca de 14% do território nacional. Há previsão dessas atividades econômicas na Constituição, no entanto, juristas ressaltam que precisa ser regulamentada pelo Congresso.

É o que Bolsonaro estuda fazer, e avisou aos governadores na terça. “Se, hoje, é ilegal (o garimpo em terra indígena), queremos legalizar, ouvir o Parlamento. Isso daí está bastante avançado no Ministério de Minas e Energia. Pretendemos apresentar brevemente essa proposta”, disse. Questionado na sexta-feira sobre o projeto de exploração sustentável na Amazônia, Bolsonaro respondeu na mesma linha.

“Está bastante avançado, com o ministro das Minas e Energias, almirante Bento (Albuquerque). Vai acontecer. Estamos estudando, agora, ainda em estudo, que (tem) alguns índios vendendo reservas para estrangeiros explorá-las”, declarou Bolsonaro. As sinalizações do presidente foram confirmadas por interlocutores do governo, que sugerem que será um projeto robusto e, garantem, vai privilegiar indígenas, pequenos garimpeiros e produtores agrícolas.

Na prática, ao regulamentar o uso de reservas indígenas para desenvolvimento econômico, será possível que os indígenas possam explorar suas terras e ganhar receitas em cima dela, até mesmo arrecadando em áreas com pedágios, concedidas a obras de infraestrutura que passem na região. A exploração potencial, incluindo a Amazônia, poderia, na leitura do governo, incentivar a

geração de riquezas até para os demais brasileiros. A minuta do projeto ainda será discutida com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Xavier, e parlamentares. A meta é explicar a proposta e o potencial econômico a fim de evitar uma possível derrota.

Meio termo

O deputado federal Rodrigo Agostinho (PSB-SP), presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, concorda que é importante encontrar um meio termo entre as propostas, mas aponta que nenhuma das apresentadas até o momento supre as necessidades. “Obviamente que tem que encontrar um caminho para a Amazônia, de desenvolvimento com sustentabilidade, mas as propostas até agora vão em outra direção, que sinalizam o aumento de desmatamento, exploração de garimpo em áreas ribeirinhas, derrubada de florestas para monocultura. Esse não é o caminho”.

A necessidade de estratégia de defesa da floresta é defendida por Agostinho, que inclui fiscalização, além de propostas de novas formas de exploração de castanhas, criação de fármacos, cosméticos e ainda turismo “Pode ainda utilizar a floresta para pagamentos ambientais. Muitos países estão dispostos a pagar pela manutenção da floresta. A grande questão é procurar acordo nisso tudo. A Zona Franca de Manaus, por exemplo. Deu muito certo, criou-se uma cidade que viabiliza uma base econômica na Amazônia promovendo integração produtiva e social dessa região ao país. Tem alternativa, não precisa ser no meio da floresta. Falta iniciativa do governo, que tem que ter outras estratégias e não diz quais são até agora”, conclui.

“Obviamente que tem que encontrar um caminho para a Amazônia, de desenvolvimento com sustentabilidade, mas as propostas até agora vão em outra direção, que sinalizam o aumento de desmatamento, exploração de garimpo em áreas ribeirinhas, derrubada de florestas para monocultura. Esse não é o caminho”.

Rodrigo Agostinho, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara

Ministros vão à região

Uma comitiva ministerial, coordenada por Onyx Lorenzoni, da Casa Civil, chega hoje a Belém para iniciar diálogo com autoridades locais em busca de soluções para região. De lá, partem para Manaus com o mesmo propósito. “Depois de receber no Planalto os governadores da Amazônia Legal, o presidente Jair Bolsonaro determinou que fôssemos até lá para ouvir as demandas e, juntos, buscarmos soluções para as questões da região, levando em conta a especificidade de cada estado”, informou Onyx, em nota.

Também participam da comitiva os titulares do Gabinete de Segurança

Institucional (GSI), general Augusto Heleno; da Secretaria-Geral da Presidência, Jorge Antonio de Oliveira Francisco; Secretaria de Governo, general Luiz Eduardo Ramos; dos ministérios da Defesa, Fernando Azevedo Silva; Agricultura, Tereza Cristina; do Meio Ambiente, Ricardo Salles; da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Damarens Alves; e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Planejamento

Em encontro com Bolsonaro na semana passada, os governadores dos estados que compõem a Amazônia Legal — Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins — entregaram propostas para um planejamento estratégico que leve ao desenvolvimento sustentável da região, entre as quais a regularização fundiária e a retomada da cooperação internacional, especialmente o Fundo Amazônia.

Na sexta-feira, líderes de países sul-americanos vão se reunir para discutir uma política única de preservação da Amazônia e de exploração sustentável da região. De acordo com o presidente Jair Bolsonaro, o encontro deve ocorrer em Leticia, cidade colombiana que faz fronteira com o Brasil em Tabatinga, no Amazonas. A informação foi divulgada depois que Bolsonaro se reuniu com o presidente do Chile, Sebastián Piñera, na última quarta-feira, para tratar de questões ambientais

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 02/09/2019

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa/Ingrid Soares

Título: Necessidade de debate e regras rígidas

Apesar das diferenças, parlamentares ouvidos pelo Correio sobre a exploração sustentável no país defendem que é necessário um debate sobre o assunto e que uma legislação se faz necessária. Para o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR), coordenador da bancada de Rondônia, é necessário explorar o local com racionalidade e promover geração de emprego para a população local.

“São pessoas desassistidas, que vivem em situação de vulnerabilidade. Precisamos aproveitar para desenvolver a região. Não significa destruir. Temos uma porção de garimpos ilegais lá. Esse ouro que é produzido naquela região, não gera nenhum benefício, sai de uma maneira clandestina e só fica a destruição, o assoreamento dos rios, a exploração sem técnica, sem benefício para nossa população. Precisamos garantir nosso desenvolvimento. Temos que vencer essas discussões extremamente ideológicas”, avalia.

O deputado acredita ainda que a crise ambiental brasileira, que tomou proporções internacionais, não dificulta a discussão sobre a mudança legislativa ou regularização do garimpo, mas defendeu que a falta de um modo mais fino de falar sobre os assuntos em evidência é o que tem atrapalhado o governo. “O que aconteceu foi a maneira de dizer as coisas, que poderiam ter sido colocadas com mais cuidado, tentando evitar confrontos e dar à sociedade a ideia de que está havendo guerra entre países. Mas é o perfil do presidente, ele coloca as coisas assim, mas foi mais essa repercussão da fala. O trabalho tem que ser feito independentemente de confronto com Alemanha, França. Isso não deve atrapalhar o serviço que está sendo feito e com entes que vivem na região. Acredito que vamos construir um ambiente cada vez melhor nesse sentido de desenvolver e cuidar da Amazônia”.

O senador Rogério Carvalho (PT-SE), presidente da Frente Parlamentar dos Senadores dos Estados do Norte e do Nordeste, apontou também a necessidade de sustentabilidade para o crescimento do país. “A presença de garimpo em terras indígenas e reservas naturais é algo complexo, que exigirá um diálogo profundo para encontrar uma equação comum sobre o que vai ser feito e como será feito. Logo, é melhor ter algum controle e regulamentação do que não ter nenhum. A ideia do governo é liberar para explorar a reserva. É preciso ter um debate, mas é preciso construir um regramento que, de fato, permita a garantia da sustentabilidade, com respeito às reservas indígenas e como isso será tratado. Precisa ter esse cuidado para que não seja mais uma destruição como a de agora.”

A discussão, no entanto, será desafiadora para Bolsonaro. Para Carvalho, ele enfrentará entraves. “Vai ter muita dificuldade, as reações virão de todos os lugares. Mexer numa região tão importante como a Amazônia, mexe tanto internacionalmente quanto na nossa identidade, que é ser uma potência ambiental que certificava produção agrícola e pecuária. Estávamos num modelo razoável de produção. O debate tem que acontecer. O mais importante é que não venha na forma de uma MP”, destaca. (IS e RC)

MME / ASCOM .